

Aprovada na 804ª sessão

ALADI/CR/Ata 803  
5 de junho de 2002  
Hora: 15h15m às 16h55m

ATA DA 803ª SESSÃO, ORDINARIA,  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 801a. sessão.
4. Elementos para a formulação de uma política de difusão para a ALADI (ALADI/SEC/dt 447).
5. Relatório sobre os resultados do Seminário-Oficina de Peritos Governamentais para debater sobre as propostas feitas no documento "Projeto de harmonização de normas de transporte terrestre na América do Sul".
6. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Participação Empresarial.
7. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos.
8. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento.

9. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Seguimento das Atividades de Informação e Cooperação Institucional.

10. Assuntos diversos.

- Relatório da Terceira Reunião do Comitê de Direção Executiva (CDE) da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).
- Convite para a Jornada Acadêmica sobre o Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no MERCOSUL.

---

Preside:

CARLOS ONIS VIGIL

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacafior e María Elena García de Baccino (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, João Mendes Pereira e Otávio Brandelli (Brasil), Flavio Tarsetti Quezada e Axel Cabrera (Chile), Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada e Carlos Santos Repetto (Equador); Jesús Puente Leyva, Luz María de la Mora Sánchez e Arturo Juárez Juárez (México), Teresa Aurora Narvaja (Paraguai), Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Mariella Crosta (Uruguai), Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela), Igor Romanchenko (Rússia), Arnaldo Chibbaro (IICA) e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

---

PRESIDENTE. Inicia-se a 803ª sessão, ordinária.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Submeto a consideração a ordem do dia. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente. Queria simplesmente solicitar, por razões práticas, uma modificação muito simples no ponto 4, referente a “Elementos para formulação de uma política de difusão”, para ter um pouco mais de espaço, caso surja uma discussão. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Para solicitar, Senhor Presidente, que seja acrescentada na ordem do dia a apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos, porque já aprovamos o projeto de resolução do Tribunal Administrativo da ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Senhor Presidente. Também para solicitar que seja acrescentado na ordem do dia o Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e também o Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Informação e Cooperação Institucional. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Algum outro comentário?

Se não há mais comentários, a ordem do dia ficaria da seguinte forma: Aprovação da Ordem do Dia, assuntos em pauta; consideração da ata correspondente à 801ª sessão; elementos para a formulação de uma política de difusão para a ALADI; relatório dos resultados do Seminário-Oficina de Peritos Governamentais; relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Participação Empresarial; relatório do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos; Relatório da Comissão de Orçamento; Relatório do Grupo de Trabalho sobre Seguimento das Atividades de Informação e Cooperação Institucional; Assuntos diversos, com o Relatório da Terceira Reunião do Comitê de Direção Executiva.

Se estão de acordo, considera-se aprovada a ordem do dia.

## 2. Assuntos em pauta.

Tem a palavra a Secretaria, sobre o relatório do ponto 2 de assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Os assuntos em pauta estão em poder dos Representantes, no documento incorporado em suas pastas e distribuído oportunamente, que fazem parte desta ata.

“1. Representação Permanente da Argentina. Nota Nº 78/02, de 29.V.2002.

Informa que por resolução do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, o Senhor Embaixador Carlos Alberto Onis Vigil cessará em suas funções dia 11 de julho deste ano.

2. Representação Permanente da Bolívia. Nota Nº 37/02, de 27/05/2002.

Envia cópia do decreto pelo qual se confere vigência aos Décimo Quinto, Décimo Sexto e Décimo Sétimo Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica Nº 36, assinado entre os Estados Partes do MERCOSUL e a Bolívia.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1415.

3. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 111, de 28/05/2002.

Envia cópia do decreto pelo qual se confere vigência ao Décimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 36, assinado pelos Estados Partes do MERCOSUL com a Bolívia.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1416.

4. Representação Permanente da Venezuela. Nº A 01111/02, de 27/V/2002

Comunica que a Prefeitura de Alfândegas da Venezuela (SENIAT) está efetuando as últimas correções para a publicação da Tarifa de Alfândegas da Venezuela 2002.

Foi publicada como documento ALADI/CR/di 1414.

5. Custos adicionais no transporte rodoviário internacional dos países-membros da ALADI, diagnóstico e recomendações - O caso dos operadores e a sociedade (ALADI/SEC/Estudo 143).

6. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Organização do Convênio Andrés Bello (ALADI/SEC/di 1656).

7. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Programa Latino-Americano e do Caribe de Informação Comercial e Apoio ao Comércio Exterior (PLACIEX). (ALADI/SEC/di 1657).

8. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Associação Nacional de Empresas de Transporte Rodoviário por Ônibus (ANEATRA) (ALADI/SEC/di 1658).

9. Termos de Referência. Seminário-Oficina de Peritos Governamentais sobre Incidências das Negociações com a União Européia no Processo de Integração, para os países que o solicitem (ALADI/SEC/Memorando 179).

10. Acordos e protocolos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980 (16 de dezembro de 2001 até 30 de abril de 2002) (ALADI/SEC/di 1652).

11. Convites recebidos:

A Assembléia Anual da Associação Ibero-Americana de Câmaras de Comércio (AICO), em sua edição XXIX, "Crises econômicas recorrentes, obstáculos para avanço econômico", convida o Senhor Secretário-Geral como Expositor de Honra no capítulo intitulado "Fatores recorrentes das crises latino-americanas", a realizar-se na cidade de Guadalajara (México), de 15 até 18.IX.2002."

Cabe ressaltar, em primeiro lugar, a nota recebida, precisamente da Representação de seu país, Presidente, da Argentina, mediante a qual comunica seu término de funções. Coordenamos com o Senhor Presidente do Comitê e Representante da Argentina sua despedida para terça-feira 25 de junho, às 12h, em uma sessão extraordinária, como é de praxe.

Em segundo lugar, devemos destacar que estamos distribuindo o Estudo 143 da Secretaria-Geral, intitulado “Custos adicionais no transporte rodoviário internacional dos países-membros da ALADI, diagnóstico e recomendações e, também, o documento informativo 1652 sobre os acordos e protocolos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980 no período 16 de dezembro de 2001 - 30 de abril de 2002.

Os outros assuntos em pauta constam na documentação que, reitero, está em poder de todos os Senhores Representantes. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Algum comentário?

3. Consideração da ata correspondente à 801a. sessão.

Passamos ao ponto 3, consideração da ata correspondente à 801ª sessão.

Si não há observações, considera-se aprovada.

4. Elementos para a formulação de uma política de difusão para a ALADI (ALADI/SEC/dt 447).

A continuação temos o ponto 4, “Elementos para a formulação de uma política de divulgação para a ALADI”, documento ALADI/SEC/dt 447. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Com efeito, distribuimos o documento de trabalho 447, de 30 de abril, no qual, cumprindo com o estabelecido no Programa de Atividades para este ano, a Secretaria submete à consideração do Comitê os elementos que deveriam conformar uma política de divulgação da Associação.

Trata-se neste caso de um documento que parte da base de que há dois elementos fundamentais ou objetivos que deveriam ser alcançados com esta política de difusão, consistentes em uma consolidação da imagem da Associação, por um lado. Por outro, para atender esse objetivo ou propósito deveríamos promover uma maior difusão da mensagem da Associação, entendida como um âmbito institucional, no qual se desenvolve o processo de integração regional, indicando que a ALADI é integração, que a integração está na ALADI. É um jogo de ida e volta, quanto à difusão da imagem. Na verdade, a finalidade da mensagem é mostrar os produtos que tem a ALADI para projetar essa imagem que tanto desejamos em matéria de difusão.

No documento também se inclui uma série de elementos que deveriam fazer parte dessa política que deverá ser definida neste órgão e os delineamentos estratégicos que deveriam dirigi-la.

O documento contém um anexo, no qual constam as atividades que, do ponto de vista da Secretaria, deveriam realizar-se durante este ano, começando pela pauta da recente reunião do Conselho de Ministros, referente à divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito dos acordos bilaterais, sub-regionais e regionais de integração.

Vou solicitar, Senhor Presidente, a nosso assessor nesta matéria, Doutor Alejandro Butler, que explique mais um pouco este tema que concita o interesse de todos nós.

IMPROFIT (Alejandro Butler). O documento, como explicava o Secretário-Geral, pretende sintetizar o que, a critério da Secretaria-Geral, deveriam ser a política e os princípios reitores e os elementos fundamentais sobre os quais deveriam trabalhar ou continuar trabalhando, ou concentrando-se, no que é a construção da imagem de uma organização como a ALADI.

Para poder formular esta política, o primeiro trabalho foi partir da identidade definida nos documentos fundamentais da Associação, no sentido de qual é sua missão, qual seu objetivo principal, mas ao mesmo tempo visualizar esse objetivo em um contexto onde temos diversos públicos objetivos, desde as autoridades de cada Governo, os empresários, o ambiente acadêmico, desde o particular ao geral, que é a opinião pública.

Como os senhores podem ter observado no documento, na introdução, fizemos um breve diagnóstico sobre a imagem da ALADI, que se esteve configurando há vários anos como um referente em temas de integração, mas, principalmente, para os efeitos da opinião pública em geral e, certamente, consideramos que para alguns públicos específicos no setor empresarial, nem tanto entre os que utilizaram ou foram beneficiados diretamente por documentos ou acordos desenvolvidos no âmbito da ALADI, que sim a conhecem, senão por outro público, do qual desejaríamos aproximar-nos mais certamente como Associação. Vemos que a ALADI, como marca, o termo publicitário ou de comunicação, existe, funciona, tem presença importante nesse imaginário social ao qual pertencemos, mas muitas vezes, para esse público, essa marca pode não ter nem sentido, nem significado, nem conteúdo se não chegarmos a aproximar-nos mais desses públicos, mostrando o que realmente estamos produzindo.

Portanto, estão sendo delineados esses objetivos, que indicava o Secretário-Geral, de mostrar que a ALADI é uma organização em termos de significação; a ALADI é integração, a integração é ALADI. Queremos mostrar uma espécie de coincidência quando pensamos na ALADI como marca, como imagem e como identidade de uma organização.

Sem dúvida, os senhores, nos âmbitos em que trabalham, certamente verão que a ALADI tem uma presença e uma imagem importante, mas quando pensamos em uma política de comunicação, de divulgação, devemos pensar em todos os públicos, não somente no que está habituado a relacionar-se com a organização, e aí é onde identificamos públicos aos quais é necessário chegar, carregando de significado essa identidade que, muitas vezes, pode estar vazia de conteúdo.

Para gerar essa identidade ou fortalecê-la foram propostos os princípios reitores, em primeiro lugar, que a ALADI é integração; cada vez que se fala da ALADI deve interpretar-se claramente que se está falando de integração. A ALADI, permitam-me novamente a transgressão, como marca, constituiu-se como marca em si mesma. É uma sigla que todos dizemos e que nem sempre está associada com a Associação Latino-Americana de Integração.

A ALADI em si mesma tem uma identidade própria, mas como qualquer marca ou como qualquer signo carregado de identidade própria é uma entidade viva,

dinâmica, à qual devemos dar permanentemente um novo significado. Como? Através do que a Organização produz, da contribuição que gera para os diferentes países, e através de seus Representantes, aos povos que a integram.

Então, em primeiro lugar, somos integração, somos um referente no tema integração. Em segundo lugar, como princípio reitor, devemos construir uma imagem de fonte confiável de informação. Devemos gerar essa confiança, entre os meios de imprensa, que consideramos que são a ponte principal, ou a mais importante entre uma organização como a ALADI e o público ao qual se dirigem e à sociedade civil.

Em terceiro lugar, não somente é uma fonte de informação confiável, mas também qualificada. Isto significa que aqui há recursos técnicos, profissionais, peritos em temas de integração, e quando em qualquer âmbito há uma dúvida sobre o tema de integração, que é necessário desenvolver, ampliar, queremos que se divulgue e que sejamos levados em conta como organização, como fonte de informação confiável, não somente acessível.

Em quarto lugar, devemos ser e mostrar-nos e praticar isto de ser uma fonte de informação e uma organização transparente e aberta. De nada serve aprofundar em uma quantidade de objetivos se não somos capazes de transmitir essa informação para o exterior, a fim de sermos conhecidos como uma organização transparente e aberta. Se, pelo contrário, nos dedicássemos a catalogar todos nossos documentos como reservados, nossa experiência como consultores nos diz que quando tudo é reservado, não chegamos a ultrapassar as fronteiras da Organização para chegar ao público e a quem nos devemos em termos de informação.

Em quinto lugar, queremos mostrar que somos uma organização orientada a resultados; isto significa que as diferentes ações que promovemos têm um objetivo bem concreto, têm algo que é o resultado, o produto do trabalho dos recursos aplicados nesta Organização.

Com base nesses princípios reitores foram esboçadas algumas linhas estratégicas que, em muitos aspectos, dão continuidade a trabalhos que já estão sendo feitos, mas reitero que consideramos chave, neste ponto, o relacionamento com os meios informativos, com a imprensa, divulgando as ações, as decisões e os trabalhos técnicos da organização, e realmente torna-se um interlocutor chave em todos os temas da integração.

Os senhores já têm o documento; portanto, queria simplesmente fazer esta síntese. Isto se traduz depois em um quadro de atividades um pouco mais concreto. Os próximos passos serão, certamente, transformar estas atividades em um plano concreto, com prazos, recursos e objetivos mais concretos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Submeto a consideração o documento apresentado pela Secretaria-Geral. Tem a palavra o Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Obrigado, Senhor Presidente. Estou plenamente de acordo com esta campanha de divulgação da ALADI.

Alguns dos senhores lembrarão que em minha primeira intervenção, quando me integrei a este Organismo reclamava, precisamente, que faltava publicidade ou conhecimento, não digo dentro dos cidadãos, mas dentro do ambiente universitário,

dentro dos economistas e dos empresários, da verdadeira função da ALADI e, portanto, reitero meu apoio total e absoluto a este trabalho de divulgação.

Mas, desejaria que as pessoas que estiverem encarregadas desta campanha utilizassem termos um pouco mais compreensíveis porque, embora não me considere conhecedor do idioma castelhano, realmente fico surpreendido quando leio expressões como dissociação semiótica, páramo simbólico, carga de sentido ao signo de função de especulações ou de informação secundária. Pode ser que estes termos sejam utilizados nas campanhas publicitárias, pode ser que sejam termos técnicos, mas se queremos uma divulgação da ALADI, para que seja conhecida, pelo menos devemos utilizar termos mais compreensíveis, porque esta campanha está dedicada, segundo meu entender, ao denominador comum das pessoas e não a especialistas em termos técnicos, tão sofisticados como aqueles que acabo de “extrair” deste documento . Nada mais, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Presidente. Agradecemos este documento à Secretaria e, obviamente, a apresentação do Doutor Butler, que imagino é um especialista em integração.

Em primeiro lugar, queremos apoiar as palavras do Embaixador do Equador. Tenho marcadas as mesmas palavras, mas é muito mais profundo que isto. O problema é que estamos falando da ALADI como marca e a ALADI, a nosso entender, não tem nada a ver com uma marca. Isto não é uma loja, nem um concurso de beleza; não é isto o que estamos tratando de difundir.

O que se pretendeu foi que este Comitê, que conhece de integração e do que é a ALADI, em definitivo, estabeleça os mecanismos para poder difundir nosso trabalho. Isto significa, basicamente, fazer um trabalho eficiente, que chegue às pessoas que realmente vão utilizá-lo e naturalmente àqueles meios nos quais possa haver interesse como se mencionou aqui, o setor universitário, eventualmente, a imprensa, em casos muito especiais.

Francamente temos algumas diferenças com o enfoque deste documento e consideramos mais útil, de forma muito genérica, nosso próprio enfoque para compartilhar com os colegas algumas idéias e escutar o que eles nos possam dizer a esse respeito.

O primeiro conceito, creio que é uma repetição do que já disse, Presidente. A política de divulgação que deseja o Comitê de Representantes não é um assessoramento de imagem; não se trata de transformar a ALADI. Não se trata disso. Trata-se de conhecer os serviços que devem ser difundidos, quais os meios adequados para difundi-los e a quem deve ser difundida esta informação. É tão simples como todos estes trabalhos.

Simplesmente vamos limitar-nos a mencionar alguns temas que deveriam ser difundidos. Todos temos um Sistema Integral de Informação, que é fundamental; temos uma base de dados estatísticos, que é essencial; temos conhecimentos concretos, específicos desta organização e de excelente nível em matéria de nomenclatura, assuntos aduaneiros, tarifas, preferências, normas reguladoras de comércio. Temos ou estamos elaborando uma boa base sobre medidas e restrições não-tarifárias. Temos peritos em origem, temos peritos em comércio eletrônico, temos



um portal empresarial muito importante e temos uma base em matéria de infraestrutura de determinada hierarquia.

Consideramos que dentro deste perfil de informação devemos desenhar a informação que realmente queremos divulgar. Estes são, basicamente, os elementos, além dos que os Senhores Representantes possam acrescentar. Temos certeza de que estes elementos constituem uma contribuição real, temos algo para mostrar e um serviço para prestar.

Como se poderia fazer e implementar isto? Cremos que deve ser matéria de uma profunda discussão, não a nível deste Comitê, mas a nível dos grupos de trabalho específicos. Acreditamos que há dois grupos de trabalho que poderiam dar enorme assistência a este tema: o Grupo de Trabalho sobre o Setor Empresarial, grande parte de sua atividade é exatamente isto que estamos tratando de fazer, de dar uma divulgação concreta a temas e serviços que a ALADI pode fornecer e o Grupo de Trabalho de Informação, que poderia contribuir de maneira muito importante. Não temos uma idéia precisa de como trabalhar, mas evidentemente consideramos que poderiam ser muito úteis.

Qual seria o mecanismo? Haverá muitos mecanismos que deverão ser discutidos nos grupos. Nós pensamos que a ALADI não vai ser fortalecida porque digamos que é o principal organismo da integração. Podemos repeti-lo cem ou mil vezes e divulgá-lo em todos os jornais de nossos países, mas, francamente, as pessoas já não acreditam nisto.

Então, temos a impressão de que devemos fortalecer a ALADI mostrando às pessoas interessadas que, efetivamente, prestamos um serviço. Isto implica que devemos definir quais são os clientes. Está claro que são as autoridades governamentais, está claro que são os operadores econômicos e que, em alguma medida, o público em geral terá interesse neste tipo de temas, mas através de dados reais, concretos daqueles que, efetivamente, beneficiam-se do trabalho excelente que faz este Organismo.

Para concluir, simplesmente dizer que deveríamos aperfeiçoar os instrumentos. Consideramos vital a página *web* da ALADI. A página *web* deve deixar de ser uma página passiva para atingir dentro de nossos próprios clientes. Uma vez que geremos seu perfil, isto é, que de alguma maneira sejamos capazes, em conjunto com os países-membros e com a Secretaria-Geral, de indicar-lhes quem deve definir o perfil do cliente e da informação que forneceremos.

Se vou apresentar uma informação econômica, genérica, certamente vou enviá-la aos Governos, às universidades, às organizações de cúpula empresariais, por exemplo, mas isto, provavelmente, não seja suficiente. Devemos oferecer uma quantidade de serviços muito concretos às câmaras de indústrias, instrumentos e afins dos doze países-membros da ALADI, e podemos dizer-lhes: “esta informação está disponível, mas isto é o que o senhor vende, este é o mercado que o senhor tem, este é o comércio que temos dentro da região, estas são as preferências das quais o senhor goza em tal o qual mercado, estes são seus competidores. Deseja ter informação sobre origem? Sim, pois não. Deseja obter informação sobre classificação aduaneira? Sim, com muito prazer. Este é um caminho. Pode, certamente, haver muitos outros, mas este é um dos que nós pensamos.

Em definitivo, Senhor Presidente, e peço desculpas por ter falado tanto, consideramos que o grande segredo de ter uma ALADI fortalecida e de poder, realmente, divulgar sua fortaleza é assegurar-nos de que temos a informação adequada e que essa informação está dirigida ao perfil do cliente, para utilizar uma palavra diferente da nossa linguagem, muito bem definida.

Nossa proposta concreta seria que este tema deveria ser objeto de uma discussão profunda. Consideramos que seriam adequados âmbitos um pouco mais flexíveis que o Comitê. Certamente o Grupo de Trabalho Empresarial tem um papel definido para cumprir e o Grupo de Informação também. Com isto esgotei o tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Representação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, queria também agradecer a Secretaria-Geral pelo seu esforço e pela apresentação desse documento 447, que é uma primeira aproximação no sentido de estabelecer as bases da política de difusão institucional da ALADI.

Compartilhamos das preocupações da Secretaria-Geral no sentido de que a difusão da ALADI deve dar-se de maneira orientada, enquadrada e coerente, para preservar e difundir uma imagem da Instituição.

De modo geral, estou de acordo com os comentários que escutei de meus colegas sobre a questão da difusão e creio que é muito atinada a sugestão de que seja atribuída a um grupo de trabalho ou poderia ser, inclusive, em Reunião de Chefes, a discussão mais profunda deste tema.

Mas, sem entrar na discussão específica das questões levantadas no documento, queria simplesmente dizer que nós consideramos essencial, em uma política de difusão, a relação com a imprensa. Consideramos que a difusão se realiza, essencialmente, por meio da imprensa. Retomando o que comentou o Representante da Argentina, creio que aí sim necessitamos um trabalho proativo, um esforço junto aos formadores de opinião, aos jornalistas especializados em temas econômicos, que são os que sim têm interesse, eventualmente, no trabalho da Organização, e enviar a estes jornalistas, de maneira segura e regular, sobretudo, os principais estudos que fizemos.

Percebo, por exemplo, que os estudos muito importantes que se fizeram aqui sobre a questão do impacto da ALCA sobre a ALADI são muito poucas vezes mencionados na imprensa, não se comenta. Parece que os jornalistas especializados, que falam todos os dias deste tipo de temas, leram vários estudos, mas não leram este estudo, pelo menos em alguns de nossos países.

Para isso seria útil se cada uma das Representações pudesse enviar à Secretaria, a título de exemplo, uma relação dos principais jornalistas e dos órgãos de comunicação que se encarregam de temas econômicos, que poderiam estar diretamente interessados, e tratar nós mesmos de motivar esses jornalistas para a difusão das atividades da ALADI.

Estou certo de que se há comentários e análises sobre ações da ALADI na imprensa, automaticamente haverá interesse em outros setores. Isso não significa que não tenhamos também acesso direto a órgãos empresariais, universidades, etc., mas creio que é essencial que o primeiro passo seja melhorar a comunicação com este segmento muito específico da imprensa, que são os jornalistas especializados em temas econômicos.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Flavio Tarsetti Quezada). Obrigado, Presidente.

Coincidimos com as propostas feitas pelo Brasil e pela Argentina, mas pensamos que é um bom documento, constitui um avanço importante, mas acreditamos que está demasiado forçado para os meios de comunicação. Coincidimos, como manifestou o Brasil, em que os meios de comunicação constituem uma importante ponte para difundir as atividades e o que pode fazer a Associação, mas cremos que isso é no curto prazo e este documento, de alguma forma, cumpre esses objetivos, mas pensamos também que a ALADI deve ir além dos meios de comunicação e formular linhas estratégicas a longo prazo, que aqui não figuram porque, por exemplo, não é possível fazer um documento da CEPAL, um documento de integração regional e a ALADI não aparece em nenhuma página, em nenhuma das oitenta páginas. Fala-se dos acordos, mas a palavra ou marca ALADI, como disse o senhor, não aparece em nenhuma das páginas. Isso não é possível, e creio que é a falha da difusão dos benefícios e das vantagens que pode oferecer esta Associação.

Por isso cremos que este documento pode ser complementado, seja em um grupo de trabalho, em Chefes de Representação, com linhas estratégicas de longo prazo, que dando importância, logicamente, aos meios de comunicação, também enfoque um trabalho para os organismos internacionais, às instituições públicas e privadas de cada um de nossos países. Creio que é a única forma de dar a conhecer a ALADI de maneira integral.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Algum outro comentário? Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, creio que devo aderir a este consenso, no sentido de que é um passo para a reflexão.

Considero, do ponto de vista geral, para não ser reiterativo, que o assunto é muito mais sério do que, até o momento, poderíamos aceitar. Se não me engano, temos um orçamento onde figura uma verba de quase US\$ 50.000 para a difusão da Instituição. A implementação da política de difusão da Associação tem um custo de US\$ 16.000, as atividades de difusão do processo de integração, aproximadamente US\$ 13.000, edição e difusão de publicações, US\$ 15.000. Temos um remanescente de US\$ 4.000. Temos quase US\$ 50.000, e o interessante seria que isto que estamos iniciando servisse para administrar e fazer com que esse dinheiro fosse muito produtivo, além de outros temas que figuram em outras atividades e que indiretamente fazem parte deste pacote, e é importante capitalizar este pacote para obter os frutos.

A grande capitalização não é tanto econômica em termos de orçamento como tal; é uma verdadeira implementação do que seria a política implícita até agora, não explícita. Tratamos de explicitá-la e isso me parece muito bom, muito importante. A capitalização dos ativos com que conta a Instituição é o elemento fundamental; o resto é acessório. Quando temos trabalhado no grupo, tratando de impulsionar a área empresarial para atingir os objetivos que todos conhecemos, observamos que o fundamental é capitalizar os ativos acumulados, aos quais já se referiram vários Representantes, e isso, praticamente, não tem custo algum, exceto o de organizar os trabalhos, fazê-los sistematicamente e orientá-los como produto para o interesse de nossos clientes efetivos, potencial, atual ou futuro.

Em qualquer caso, creio que deveríamos pensar em definir muito bem o que se entende pela imagem. Não vou falar de forma pejorativa, de se somos ou não uma marca, porque isso é um conceito que lembro de jovem, quando nos dirigíamos ao povo; agora devemos fazê-lo à sociedade civil. Mudam os conceitos e devemos adaptar-nos a isso. Falam do conteúdo semiótico e faço que não entendo, e não o entendo a fundo; faço como que o contexto me dá uma explicação e assim continuo. Não tenho queixas de modernidade, apesar de que me declaro deliberadamente pré-moderno, mas creio que devemos definir os conceitos. Para mencionar um caso, no último quadro que se nos apresenta como atividades sugeridas para fortalecer vínculos com jornalistas, não é uma atividade sugerida, é um objetivo: fortalecer. A fórmula, os mecanismos já foram mencionados. Por que não capitalizamos o que temos, como os estudos, por exemplo, com algumas reservas, porque alguns governos não considerarão apropriado difundir nossos produtos e porque explicitamente alguns deles devem considerar-se de manejo interno.

Por outro lado, podem ser difundidas muitas coisas positivas. Não tenho dúvida de que o mecanismo do jornalismo especializado é, talvez, o melhor e, além disso, é de graça, porque lhe fornecemos insumos editados. É como um segredo. Às vezes, é verdade que devemos convidá-los para um almoço ou jantar, para um brinde, mas isso tampouco é muito produtivo. Depois vou falar sobre isso porque tenho minha experiência; em todo caso, esta não é uma atividade, é um objetivo que deve alcançar-se pelos meios necessários.

Seria muito interessante, como experiência para avançar, com e sem programa armado, nesta idéia de capitalizar e de projetar nossos avanços através dos meios e sobretudo da imprensa especializada. Deveríamos enviar um *editing* desses estudos, bem elaborado, que contenha o substantivo e que seja difundida em todo o mundo a informação, com eficiência. Mas seria interessante que existisse uma mesa de *editing* para estes temas.

Creio que falta muito por falar das atividades e dos instrumentos que se possam sugerir. Os objetivos são claros e podem tornar-se mais ou menos gerais, específicos, etc., mas se deve dar-lhe um caráter organizado, coerente para a difusão. Concluo que, no entanto, há algo que me preocupa. Tenho a impressão de que dissemos a nossos consultores, como se fossem donos de um restaurante, que façam um jantar para esta noite, desejo o menu para o jantar desta noite, e nos servirão qualquer coisa, mas o que não dissemos é quais são nossas restrições. Temos um orçamento determinado e não existe nenhum âmbito referencial que nos diga as premissas e as margens preferenciais. Então, talvez, nos apresentem caviar e champanha e queremos “tacos” e “arepas”, o orçamento só dá para isso. Devemos saber que fazer com esta restrição essencial.

Desejaria que a Secretaria fizesse uma consideração séria e pontual do que está autorizado, que é o que está, indiretamente, alimentando as possibilidades de difusão, e a partir destes recursos fazer o ordenamento, dizer que queremos o menu neste âmbito de referência orçamentário; não podemos ir além. E nesse contexto, e em primeiro lugar, capitalizar o que não tem custo, o que é o trabalho reconhecido da ALADI.

Para finalizar, desejaria simplesmente manifestar que aqui se fazem propostas para consolidar a imagem da ALADI; creio que está absolutamente consolidada, não sei que outra coisa podemos fazer, o pessoal já sabe o deve saber. Deveríamos ir além das universidades, e felicito a Secretaria por ter inaugurado uma tarefa muito importante na Universidade. Haverá outras que se podem fazer em outros lugares. Solicitar a algumas entidades de diversos Governos que façam esforços similares. Quando um funcionário assista a uma reunião no México, por exemplo, que faça algumas exposições sobre isto. Tudo isso ajuda, mas não creio que nossa tarefa seja consolidar. Estamos consolidados; o que devemos fazer é atualizar e referendar os méritos, o trabalho, a acumulação de experiência, tudo o que temos na ALADI, e isso sim tem a ver com a personalidade e com a credibilidade. Se isto é consolidar a imagem, estaríamos de acordo.

Desejaria fazer um reconhecimento à Secretaria pelo esforço feito, que nos permite começar a falar do tema nos termos apropriados. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Alguma outra Representação deseja fazer uso da palavra?

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Tomamos nota de todas as observações. Há alguns pontos que poderíamos começar a discutir agora, mas creio que não seria o momento oportuno. Entendo que será encaminhado a algum grupo de trabalho para que trate mais pormenorizadamente o documento.

A grande virtude do documento, como acaba de indicar o Embaixador do México é começar a discutir pela primeira vez. Pelo menos desde que sou Secretário-Geral e antes, quando fui Secretário-Geral Adjunto, este tema nunca tinha sido discutido no Comitê de Representantes porque, devemos ser francos, a imagem da ALADI não é apenas a imagem do que possa ser a Secretaria, senão que é toda a Associação em seu conjunto, com seus órgãos e todo o pessoal vinculado a ela.

Portanto, alegra-nos, por um lado, esta primeira discussão. Estamos à disposição do Comitê de Representantes para discutir este tema no grupo de trabalho que considere conveniente, não vamos ter nenhum problema nesse sentido.

Algo específico quanto aos termos utilizados; os peritos em comunicação têm seus termos, como os advogados, os economistas, como nós. Senhor Embaixador, desejo manifestar-lhe que tivemos um pouco de problema para entender a palavra semiótica, mas, evidentemente, são temas relacionados diretamente com uma especialidade, uma disciplina que adquire cada dia maior relevância, que é a de ser comunicador social.

Senhor Presidente, estamos à disposição do Comitê e agradecemos muito os comentários, as observações dos senhores, das quais tomamos nota, para continuar

debatendo sobre este importante tema, que é o posicionamento da ALADI dentro de todo o conjunto de nossa sociedade. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Somente para solicitar que nos sugiram o caminho que devemos seguir. Não deixar o tema como está, senão que devemos abrir espaços para poder continuar trabalhando. Se há alguma iniciativa, gostaríamos de escutá-la.

PRESIDENTE. Essa era minha intenção.

Em geral há consenso. É a primeira vez que se incorpora este tema ao Programa de Atividades da ALADI. Foi debatido intensamente no ano passado e por isso foi colocado no Capítulo I da parte política do processo de integração em um capítulo em particular. “Análise pelo Comitê da política de difusão”, porque todas as Representações manifestaram, a nível do Comitê, a importância deste tema. Então, foi incorporado como uma nova atividade depois de muitos anos, como manifestava o Secretário-Geral, de estar ausente da agenda da Associação. Nesse sentido, a Secretaria tinha o compromisso de apresentar um documento no mês de abril ou maio, o qual fez, e por isso foi incorporado à Ordem do Dia.

Pelas expressões e intervenções das Representações, creio que há consenso quanto à importância do tema e à necessidade de continuar aprofundando-o. Em um primeiro momento, creio que houve uma proposta, apoiada, de que isto seja encaminhado ao Grupo de Trabalho do Setor Empresarial, que são setores mais específicos da atividade da Associação, ou seja toda a parte de participação do setor privado e, por outro lado, o Grupo de Trabalho de Informação e Cooperação que seria o grupo que maneja o meio ou a página, que discutirá a fórmula mais eficaz para que esses conteúdos que saem do grupo empresarial ou de alguns outros temas, cheguem ao destinatário adequado e que saiba aproveitar a informação fornecida.

Por outro lado, também se manifestou que era muito importante fazer contatos com os especialistas dos diferentes meios políticos e econômicos dos países-membros para fornecer-lhes os estudos específicos ou de determinados índices ou de temas aqui debatidos, a fim de que tenham interesse em escrever notas que reflitam os trabalhos da Associação.

Por último, houve também uma proposta de que, juntamente com as opiniões que mais ou menos foram manifestadas, exista um novo documento quantificado, ou seja, levando em conta os valores dados no orçamento da Associação, que sejam incorporados a este documento para ter uma idéia do que se pode fazer com os meios financeiros disponíveis e que tipo de ações, para mais ou menos poder manejar-nos em um nível de realidade entre o que se pode gastar e o que se pode conseguir.

Creio que esses foram mais ou menos os conceitos expressados na sala, e nesse sentido solicitaria que isto passasse aos grupos de trabalho que assinalem; no caso do Grupo Empresarial, os conteúdos e que o Grupo de Informação e Cooperação se encarregue da parte de transmissão e como se manejaria. A informação seria dirigida em cada país por diferentes setores; estou falando de universidades, Governos, câmaras de empresários, etc. Por outro lado, que a

Secretaria elabore este documento, de acordo com as idéias apresentadas, com os recursos necessários para colocá-lo em prática.

Se os senhores estiverem de acordo com esta síntese atuaríamos dessa forma. Não havendo objeções, aprova-se. Obrigado.

5. Relatório sobre os resultados do Seminário-Oficina de Peritos Governamentais para debater sobre as propostas feitas no documento "Projeto de harmonização de normas de transporte terrestre na América do Sul".

A continuação passaríamos ao ponto 5, relatório dos resultados do Seminário – Oficina de Peritos Governamentais para debater sobre as propostas feitas no documento “Projeto de harmonização de normas de transporte terrestre na Américas do Sul”.

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Hugo Luraschi). Em 23 de maio passado se realizou na sede da Associação o Seminário-Oficina de Peritos Governamentais para debater sobre a proposta feita no documento ALADI/SEC/Estudo 137.

Esse seminário contou com a presença de representações de primeiro nível da hierarquia setorial de 9 dos países da América do Sul e foi presidido pelo Perito Governamental que participou em representação da República da Bolívia.

Ofereceu-se a possibilidade de que cada um dos peritos governamentais presentes opinasse sobre o alcance e o conteúdo do estudo que estava sendo discutido. Depois das intervenções de todos os peritos, e pelas contribuições e comentários que cada um fez, gerou-se um intercâmbio de idéias sobre o tema central do evento, isto é, a possibilidade de harmonizar as normas de transporte rodoviário, atualmente em vigor na América do Sul, ou a possibilidade de elaborar uma norma nova nesta matéria, única e comum para esta região.

Nesse debate obteve-se consenso quando os peritos governamentais coincidiram em afirmar:

1) que previamente à adoção de uma decisão sobre harmonizar ou gerar uma nova norma deveriam ser estabelecidas as coincidências e as diferenças dos princípios fundamentais e os principais temas que atualmente consagram as disposições vigentes em matéria de transporte rodoviário da América do Sul;

2) a necessidade de que a ALADI complemente o Estudo 137, que estava sendo considerado nesse seminário-oficina, com um levantamento consolidado comparativo que identifique as coincidências e divergências; e

3) que uma vez aprovado esse levantamento se sugeria a convocação de um segundo seminário-oficina, a fim de definir, nessa oportunidade, os passos imediatos e mediatos para elucidar o tema que estava sendo tratado.

Deve destacar-se que os peritos coincidiram em indicar que este levantamento consolidado comparativo que estava sendo solicitado devia, necessariamente, conter os seguintes aspectos:

1) uma identificação dos princípios gerais recolhidos nas normas vigentes e quais coincidiam e quais eram divergentes;

2) uma determinação dos tratamentos dados aos temas substanciais que tratam estas normas vigentes, quais coincidem e quais são diferentes;

3) uma identificação dos princípios gerais que contêm as normas internacionais sobre a matéria e que são de interesse para esta região;

4) um relatório valorativo sobre quais foram os obstáculos que impediram o funcionamento da articulação normativa, oportunamente aprovada pelos ministros; e

5) um relatório sobre os principais compromissos nacionais e internacionais dos países da América do Sul em matéria de transporte rodoviário da região.

Concretamente, Senhor Presidente, este breve relatório pretende sintetizar as características principais do seminário-oficina, e de forma concreta temos o pedido de complementar o Estudo e ver a possibilidade de convocar um segundo seminário-oficina.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado pelo relatório.

Tem a palavra a Secretária-Geral Adjunta.

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA. Queria acrescentar que estivemos fazendo uma avaliação do significado e da importância da realização deste seminário-oficina.

Em primeiro lugar, a convocação deste seminário teve boa resposta, não somente no número, mas no nível dos participantes. Por um problema interno não pôde assistir o Representante da Argentina, mas manifestou seu apoio a esta reunião. A Representação argentina enviou uma delegação com instruções expressas de participar.

Isto é, estiveram presentes todos os países, e em nível importante. Isso, já desde o começo, fez-nos pensar que havia uma coincidência quanto à importância do tema sobre as normas de transporte. Constatamos, também, que todos tinham lido com cuidado o Estudo 173, da Secretaria, e foram feitos comentários sobre esse documento.

As delegações expressaram a posição de seus países, nem sempre convergente, mas houve consenso em que primeiro tinham que trabalhar; segundo, que existiam duas opções ou alternativas; uma a harmonização das legislações vigentes e, a outra, novas normas comuns.

Tudo isso, levando em conta que o transporte é um elemento essencial do comércio, do desenvolvimento e que neste momento as normas da região não abrangem as novas tecnologias, não estão adaptadas aos avanços e deixaram de lado problemas que na prática surgem como obstáculos reais. Ou seja, há consenso no sentido de que se deve aperfeiçoar as normas, através de uma harmonização ou de uma nova norma, e o que devia harmonizar-se era, por um lado, princípios como o da convergência ou de profissionalidade e, por outro, os temas operacionais, de



alfândegas, de normas técnicas dos veículos. Os assuntos eram tanto de princípios como de temas específicos.

Então, do desenvolvimento da reunião surgiu a necessidade de encarar urgentemente este tema, e encomendou-se à Secretaria a elaboração de um estudo consolidado para levá-lo ao conhecimento das capitais. Uma vez feitas as observações, seria convocado um segundo seminário-oficina neste mesmo ano.

Quanto ao documento, sugeriram-nos também que chamássemos os mesmos consultores que elaboraram o Estudo 137, mas estivemos avaliando essa possibilidade, e os funcionários da ALADI estão em condições de fazer esse trabalho e não seria necessário chamar um consultor.

Devemos apresentar no Comitê o tema do segundo seminário-oficina porque, embora esteja nos objetivos do setor aprovados nas atividades pelo Comitê de Representantes, não está previsto um segundo seminário. Então, devemos submeter à consideração da Mesa a possibilidade de destinar um montante do orçamento por programa para este segundo seminário. Isto deveria ser expressamente autorizado através de uma resolução.

Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria.

Sobre o último ponto, creio que corresponde que este tema passe aos dois grupos que manejam esses temas, o Grupo de Trabalho sobre o Programa de Atividades, para definir os termos de referência, e a Comissão de Orçamento, para alocação de recursos.

É o procedimento habitual nos casos em que são incorporadas novas atividades ao programa atual. Uma vez aprovado, seria encaminhado ao Comitê de Representantes.

#### 6. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Participação Empresarial.

Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, somente desejo informar que o grupo de trabalho se reuniu em 30 de maio deste ano com a participação de todas as Representações Permanentes dos países-membros e com o apoio da Secretaria, que agradecemos explicitamente.

O grupo de trabalho analisou o documento 449, intitulado "Definição de ações tendentes a propiciar uma maior participação do setor empresarial no processo de integração regional", preparado precisamente pela Secretaria-Geral da ALADI, juntamente com nossa Representação.

Como resultado das deliberações, o grupo de trabalho coincidiu em manifestar o seguinte: o documento em questão contém, em termos aceitáveis, os delineamentos estratégicos de ação que a Associação deve desenvolver para propiciar maior participação do setor empresarial no processo de integração regional, conforme os mandatos do Conselho de Ministros em sua Resolução 55 (XII).

As atividades a implementar na ALADI, premissa maior do trabalho, consistem em não duplicar ações que se realizem em outras organizações. As atividades devem desenvolver-se com base, reitero, nos ativos técnicos e de informação acumulada com que conta a Secretaria-Geral para que seus custos sejam mínimos.

Por outro lado, deverá enfatizar-se no tratamento das PMEs. Houve acordo sobre a proposta que tinha o documento no sentido de excluir a proposta relativa ao estabelecimento de um *hosting* e desenho de páginas web para as PMEs, tarefa que se pensava que podia realizar a Associação, mas na realidade consideramos que não era conveniente mantê-lo como proposta, simplesmente porque é entrar em um tema muito específico, comercial, de negócios, que acarretaria, eventualmente, implicações de responsabilidade para a Associação que não são de sua competência.

Resumindo, reitero que o objetivo central, em grande medida, é conhecer experiências no referente a um seminário que propusemos para as PMEs, que permitam à ALADI elaborar projetos de apoio eficiente e produtivo para as próprias empresas. Não sei se tenho uma parte desta nota, mas propusemos um seminário com pequenas e médias empresas que tiveram êxito na busca de mercado, em sua exportação, na promoção dos mercados externos.

Essa é uma contribuição que deve ser resgatada, que devemos continuar comentando e discutindo porque, às vezes, ignoramos que as pequenas e médias empresas, apesar de tê-las conceitualizadas em termos de número de trabalhadores, de volume de produção e faturamento, são um conceito muito flexível e nos esquecemos de que se temos experiências de empresas bem sucedidas e nos informam sobre os elementos nos quais se baseou o êxito, sendo pequenas e médias, para penetrar mercados internacionais, é uma informação que podemos capitalizar como conhecimento interno da ALADI para saber de que ponto de partida podemos propiciar outras experiência positivas, para conhecer a informação que nos mostre o caminho frutífero de trabalho para as PMEs.

Portanto, será feita uma segunda revisão do documento apresentado, onde deverá ser incluída a elaboração de guias básicas para operações de exportações, uma vez elaborados, como solicitamos à Secretaria-Geral, os termos de referência das atividades e ações propostas que, em geral, foram aprovadas, em princípio, incluindo uma estimativa dos custos e cronogramas para sua execução para que, com base nisso, finalmente, possam ser adotadas as conclusões e recomendações ao Comitê de Representantes.

Em resumo, será convocada uma nova reunião do grupo de trabalho, uma vez que a Secretaria-Geral distribua os termos de referência mencionados, o qual se espera que ocorra em aproximadamente 15 dias, e provavelmente possamos apresentar seus resultados a este Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Algum comentário? Se não há comentários, passamos ao seguinte ponto.

#### 7. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos.

Tem a palavra o Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Obrigado, Senhor Presidente.

Como Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos, desejo informar que com a colaboração de cada um dos delegados dos doze países elaboramos um projeto bastante completo de resolução sobre a modificação que queria fazer o Tribunal Administrativo da ALADI.

Insisto, cada um dos participantes deu sua importante contribuição, que foi recolhida neste instrumento. Como os senhores sabem, o Tribunal Administrativo da ALADI é a instância judicial para a resolução de conflitos em matéria trabalhista que possam surgir nesta Instituição.

No Artigo 12 deste documento se fala sobre a integração do Tribunal, garantindo a independência dos membros para baixar uma resolução; fala-se, também, dos funcionários que podem recorrer a este Tribunal a fim de solicitar a revisão do caso. Estabeleceu-se, também, a competência do Tribunal para conhecer nos casos apresentados; foram estabelecidos prazos para apresentar essa reclamação e sua argumentação por este Tribunal.

Igualmente se determina que as sentenças do Tribunal serão inapeláveis e definitivas. Por último, é estabelecida também uma espécie de revisão quando do surgimento de novos casos que o Tribunal não pôde conhecer no momento de pronunciar sua sentença.

Em definitivo, Senhor Presidente, creio que foi feito um bom trabalho, como já manifestei, com a participação de cada um dos integrantes deste Comitê e, portanto, se não há outra observação, solicitaria que fosse aprovado por este Comitê.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Em primeiro lugar, confesso que não pude estudar a fundo este documento, que é eminentemente jurídico. Como em minha Representação não temos advogados, considero importante que meu Governo se pronuncie a esse respeito.

Porém, não tenho claro onde está marcado, como referente iniludível, o estatuto legal da jurisdição trabalhista do Uruguai no contexto em que se coloca a própria instância da ALADI. Não vejo claramente o tema, não me parece premissa de trabalho, e creio que isso seria fundamental. Se isto não se insere no âmbito de referência do que são as leis no país, talvez exista uma contradição e uma conexão de jurisdição e de competências. Reitero, não sou advogado, não consultei nenhum advogado, mas considero que isto não tem um âmbito de referência e, embora para um litígio laboral desta natureza ou da que podia ser previsível, no Uruguai as instâncias sejam diretamente na Suprema Corte, essa instância tampouco está clara. Que competência tem esta jurisdição no contexto das pretensões deste Tribunal? Por outro lado, uma coisa são os funcionários e empregados da ALADI que têm status diplomático, e outra os que não têm, etc.

Creio necessário, em primeiro lugar, e sugiro que seja feito como trabalho para apresentar-nos, um documento revisado, com algumas contribuições que faríamos, formalmente e por escrito. Sugeriria que as contribuições e observações das

Representações fossem feitas por escrito. Sugiro também que seja elaborada uma nota introdutória, de caráter conceitual, que abra o espaço e contenha os termos de caráter técnico. A introdução geral deve inspirar um pouco textualmente o que vem depois.

Não sei se desejam fazer alguma observação a esse respeito. Peço desculpas por minha intervenção, porque reitero que não é minha especialidade, mas me preocupa que não estejam considerados os elementos expostos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Solicito à Secretaria-Geral que responda às preocupações do Embaixador do México.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente, com muito prazer.

Sem prejuízo da resposta que daremos por escrito ao Embaixador do México, desejo manifestar-lhe que, de acordo com o estabelecido no Convênio Sede da Associação com o Governo da República Oriental do Uruguai, e posteriormente a uma demanda de que efetivamente foi objeto a Associação, cuja sentença foi pronunciada em 1993, o Governo do Uruguai reconheceu a independência da Associação Latino-Americana de Integração frente às disposições que nas normas trabalhistas regem as relações nesse campo na República Oriental do Uruguai. Isto é, são dois elementos totalmente diferentes. A Corte Suprema de Justiça, ou o Tribunal Supremo de Justiça, nesse momento indicava que a ALADI tinha independência de jurisdição para atender os assuntos relacionados, entre outros aspectos, com a relação de trabalho de seus empregados.

Uma vez que o Comitê de Representantes aprovou a Resolução 150, criando o Tribunal, a Corte emitiu essa sentença, indicando que qualquer reclamação que surgisse como consequência de uma alteração das condições ou violação dos assuntos de contratos, no âmbito da Associação, teria de ser resolvida exclusivamente pelo Tribunal Administrativo da Associação.

No ano passado tivemos uma nova demanda, dentro dos canais regulares estabelecidos pelo Governo uruguaio para atender os assuntos de relacionamento laboral, e novamente o Tribunal Supremo de Justiça, em sentença, ratificou, em primeiro lugar, a sentença já pronunciada no ano de 1993 e indicou ao demandante que deveria ter recorrido às normas estabelecidas, de forma independente, pela ALADI, que tinham sido comunicadas oportunamente. Por isso neste documento não existe nenhuma referência às normas que regem as relações de trabalho no Uruguai, senão que são as normas estabelecidas exclusivamente pela ALADI e refere-se, como se indica, exclusivamente aos funcionários da Associação. Não envolve, neste caso, nem as Representações Permanentes nem os funcionários das mesmas, simplesmente a Associação como tal. Portanto, é por isso que há essa independência de jurisdição, que se denomina dessa forma. Eu também não sou advogado, mas aprendi um pouco disto, e do que se trata é de uma norma totalmente separada, como manifestava o Embaixador do Equador, que coordena este Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos. Os corrigidos são aspectos simplesmente processuais. Foram atualizados com base, principalmente, na experiência dos múltiplos casos analisados no âmbito do Tribunal Administrativo.

Não obstante, a Secretaria transmitirá esta explicação com os termos jurídicos adequados ao Senhor Representante do México e estamos a sua disposição para

qualquer outra consulta que deseje fazer sobre este tema. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Primeiro, agradeço muito as observações e explicações. Creio que isto que acabamos de escutar deveria ser uma nota introdutória, um pouco para lembrar como chegamos a isto.

Informam-me que no grupo de trabalho já foi aprovado este documento. A risco de cair em uma contradição, sugiro que seja estudado mais um pouco. Considero que em assuntos de delicado conteúdo e alcance não é suficiente que o grupo de trabalho o tenha aprovado. Finalmente, a decisão é da Mesa. Quando passa do grupo de trabalho para este Comitê e consideramos que não estamos de acordo, não necessariamente devemos aprová-lo.

Porém, proponho fazer uma avaliação deste tema com algumas observações por escrito, quando procedente e quando assim considere alguma das Representações. Talvez esteja equivocado e, nesse caso, pediria desculpas. Caso não aceitem minha proposta, se todos consideram que deve ser aprovado, adiro ao consenso. Obrigado.

PRESIDENTE. Como este tema estava somente no relatório e não na agenda, a idéia da Presidência não era aprovar este projeto de resolução nesta reunião, senão informar-nos do texto do relatório e inclui-lo na ordem do dia da próxima reunião.

Portanto, sugeriria que a Secretaria, junto com a Representação do México, avalie as dúvidas da Representação do México para incluir na ordem do dia da próxima sessão do Comitê o projeto de resolução para que todos possamos aprová-lo por consenso.

Tem a palavra o Representante do México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, esta nota introdutória que estamos solicitando simplificaria o tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Juan Carlos Faidutti Estrada). Senhor Presidente, desejo lembrar que este documento é a reforma a um documento anterior, que já funcionou normalmente.

Não pusemos a nota introdutória porque simplesmente era uma reforma. No documento original deve existir essa nota; por isso a obviamos. Houve uma participação muito importante da delegada do México, inclusive consultou a sua Chancelaria, ao Departamento Legal, e as observações desse Departamento foram incluídas neste documento.

Insisto em que se trata de uma reforma. O Tribunal Administrativo estava funcionando muito bem e, como disse o Senhor Secretário-Geral, com a experiência vivida, foram propostas algumas pequenas reformas e este documento recolhe, exclusivamente, essas reformas para que seja muito mais completo. Mais nada, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Equador. Entendo que os trabalhos dos grupos sempre devem ser submetidos à consideração do Comitê, e havendo uma representação com dúvidas, não necessariamente deve ser aprovado hoje. Podemos perfeitamente incluí-lo na próxima reunião do Comitê de Representantes, já com a idéia de aprovação. Enquanto isso, podem ir solucionando-se as dúvidas ou pequenos problemas que possa ter a Representação do México.

Caso estiverem de acordo, incluiríamos o projeto de resolução na ordem do dia da próxima reunião do Comitê de Representantes. Assim procederemos.

8. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento.

A continuação o relatório do Presidente da Comissão de Orçamento.

Tem a palavra o Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Senhor Presidente.

Muito brevemente, para informar o Comitê sobre os trabalhos da reunião da Comissão de Orçamento, de 4 de junho de 2002. Nesta reunião consideramos dois pontos.

O primeiro foi o exame do projeto de orçamento da Associação para o ano 2003. Na consideração deste ponto ressaltaram três questões: a primeira foi reconhecer a qualidade do trabalho e os esforços que vem realizando a Secretaria-Geral para a racionalização de despesas. A segunda foi, de conformidade com a preocupação de todos por uma maior austeridade e responsabilidade fiscal, continuar buscando fazer mais com um custo menor. Como terceira questão, solicitar à Secretaria que, levando em conta o exposto, apresente uma nova proposta de orçamento para o próximo ano que procure conciliar a redução das despesas com a preservação da capacidade operacional da Associação. Vamos examinar este documento em uma próxima reunião da Comissão.

Com relação a assuntos diversos, a Comissão tomou conhecimento de documentos apresentados pela Secretaria-Geral com informações solicitadas pelas Representações na anterior reunião da Comissão de Orçamento, de 7 de maio. A Secretaria também anunciou a entrega de documentos adicionais que foram solicitados para responder perguntas formuladas no Comitê de Representantes.

Isso era o que tinha para informar, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Algum comentário?

9. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Seguimento das Atividades de Informação e de Cooperação Institucional.

Se não há comentários, passamos ao Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Informação e Cooperação Institucional, para o qual ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso). Obrigado, Senhor Presidente.

O grupo reuniu-se em 23 de maio de 2002; tinha 4 pontos em sua agenda.

O primeiro ponto foi o exame de um inventário comentado dos indicadores propostos no documento ALADI/SEC/dt 444 para o futuro Centro Regional de Informação Comercial. Levando em conta o mandato político da Resolução 55 (XII), o grupo considerou que as limitantes técnicas identificadas, cuja superação dependa ainda de decisões dos países-membros, não devem ser vistas como impedimento para a conformação do Centro. Lembraram-se dois aspectos considerados igualmente relevantes para o estabelecimento do futuro centro de informação: (1) a conveniência de uma abordagem gradual e em etapas, de conformidade com o disposto na Resolução 55 (XII), e (2) a necessidade de evitar a redundância e a duplicação de esforços.

Com a finalidade de determinar a especificidade dos conteúdos do Centro Regional de Informação Comercial e de identificar as prioridades para continuar os trabalhos tendentes à conformação do Centro, o grupo de trabalho solicitou à Secretaria-Geral informações adicionais sobre os conteúdos já identificados e existentes em outros organismos internacionais e sobre possíveis alternativas e planos de ação para superar as limitantes técnicas identificadas para o futuro emprego de algumas informações do CRIC da ALADI.

O segundo ponto da agenda foi o protótipo da nova versão do Sistema Integral de Informação. Nisso houve consenso de todo o grupo em parabenizar a Secretaria-Geral pelos avanços na nova versão de provas, que foi posta à disposição das Missões. Foram apresentadas várias sugestões para o aperfeiçoamento da versão de prova, que serão recopiladas pela Secretaria em um documento, com outras sugestões que as Representações anteciparam que vão apresentar diretamente à Secretaria nos próximos dias.

No que diz respeito às ferramentas disponíveis em formato de CD, o grupo de trabalho identificou limitantes para o uso das bases de dados do Sistema Integral de Informação e manifestou que enquanto não se disponha de uma versão integral em intranet do sistema seria conveniente contar com uma versão em CD, sem as limitantes técnicas identificadas nessa versão de prova.

Sugeriu-se, também, considerar oportunamente a possibilidade de fazer uma segmentação das categorias de destinatários do Sistema Integral de Informação, com vistas à eventual criação de produtos diferenciados de informação para públicos diferentes, como empresários ou Governos.

No terceiro ponto da agenda, o grupo recebeu a apresentação da Secretaria-Geral de um relatório sobre o desenvolvimento de uma base de dados sobre medidas não-tarifárias dos Estados Unidos e Canadá, que foi objeto de um documento preparado pela Secretaria com a identificação ALADI/SEC/dt 441.

O grupo de trabalho reconheceu os importantes esforços da Secretaria para desenvolver, de conformidade com o disposto no Programa de Atividades de 2002, uma base de dados com o conteúdo indicado. Houve um primeiro intercâmbio de pontos de vista sobre a informação nesta base de dados, sua atualização, além da natureza e dos custos para a manutenção da base. A Secretaria distribuirá um documento atualizado sobre a situação em que encontra esse projeto.

Em assuntos diversos, o grupo solicitou à Secretaria propor uma data na segunda quinzena de julho de 2002 para a VII Reunião Técnica de Responsáveis pelo Fornecimento de Estatísticas de Comércio Exterior. Creio que todas as Representações já receberam uma proposta nesse sentido.

Por último, a Secretaria-Geral informou que em breve comunicará às Representações Permanentes a possibilidade de fazer uso do servidor da ALADI para acesso pelas Representações a internet. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Se não há comentários, passamos ao último ponto da ordem do dia.

10. Assuntos diversos.

- Relatório da Terceira Reunião do Comitê de Direção Executiva (CDE) da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Hugo Luraschi). Obrigado, Presidente.

A Terceira Reunião do Comitê de Direção Executiva para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana realizou-se na cidade de Brasília nos dias 26 e 27 de maio passado. Na cerimônia de abertura estiveram presentes o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil e os Presidentes das três agências envolvidas nesta iniciativa: do BID, da CAF e do FONPLATA.

A agenda de trabalho da reunião esteve conformada pelos seguintes temas:

- 1) Construção de uma visão estratégica sul-americana em matéria de infra-estrutura.
- 2) Participação do setor privado na iniciativa IIRSA.
- 3) Mecanismos inovadores de financiamento de projetos de infra-estrutura regional.
- 4) eleição de autoridades do Comitê de Direção Executiva.

Sobre o primeiro ponto da agenda, a construção de uma visão estratégica sul-americana em matéria de infra-estrutura, o Comitê de Coordenação Técnica da Iniciativa, composto pelas três agências envolvidas, propôs um documento de base no qual se fundamentou a necessidade de adotar uma visão estratégica compartilhada e foi apresentada uma série de princípios orientadores para a formulação dessa visão.

Houve um intercâmbio de idéias. As delegações aprovaram os princípios sugeridos pelo Comitê de Coordenação Técnica, com uma série de precisões, dentre as quais se destaca aquela pela qual foi incluído um pedido expresso de contribuição à iniciativa, dirigida a organismos técnicos da região: ALADI, CEPAL e OLADE.

No que diz respeito ao segundo ponto da agenda, todas as representações coincidiram em afirmar que a participação do setor privado na iniciativa era mais que uma necessidade, um fator crítico para seu êxito.



Neste ponto também se considerou um documento de base, elaborado pelo Comitê de Coordenação Técnica, no qual basicamente propôs-se garantir a elaboração e difusão de informação de valor agregado, concertar políticas e ações com as entidades nacionais promotoras do investimento privado e eliminar os obstáculos administrativos e jurídicos a fim de estimular os investimentos na região.

Finalmente, com algumas precisões formuladas pelas delegações, estas aprovaram a proposta apresentada pelo Comitê para este ponto da agenda.

Em relação ao terceiro ponto da agenda, sobre os mecanismos inovadores de financiamento de projetos de infra-estrutura regional, o mesmo foi tratado no âmbito do documento distribuído pelo Comitê de Coordenação Técnica.

Em termos gerais, identificou-se uma orientação de trabalho para eliminação de obstáculos ao fluxo de investimentos do setor privado nas seguintes áreas: (a) aperfeiçoamento dos âmbitos reguladores utilizados pelos países da região; (b) aperfeiçoamento da legislação existente para facilitar a participação pública e privada; (c) enquadrar os projetos de infra-estrutura que contem com o suporte da iniciativa privada, como *investment grade*; e (d) instalação de foros neutros de arbitragem de eventuais controvérsias, nos projetos de integração física regional.

Com relação ao quarto ponto da agenda, sobre a eleição de autoridades, acordou-se que no período 1º de julho -31 de dezembro de 2002 a Presidência do Comitê de Direção Executiva será exercida pela República Bolivariana da Venezuela e as Vice-Presidências, pela República Federativa do Brasil e pela República do Chile. Decidiu-se, também, que a Quarta Reunião do Comitê se realizará na cidade de Caracas durante a última semana de novembro deste ano e a Quinta Reunião se realizará no mês de junho de 2003, na cidade de Santiago, República do Chile.

Cabe destacar que no contexto desta reunião, as Representações da República da Bolívia e da República do Chile assinaram o documento "Memorando de Entendimento sobre Desenvolvimento de Infra-Estrutura de Conexões para o Transporte" o qual, entre outros pontos, estabelece a criação de um grupo técnico misto permanente entre ambos os países.

A seguir, o Comitê de Coordenação Técnica apresentou um relatório sobre as atividades desenvolvidas até o momento e as perspectivas imediatas no âmbito da Iniciativa. Entre as atividades em desenvolvimento, informou-se sobre a preparação de propostas de estudos e projetos elegíveis para conformar uma lista de primeira geração dos eixos Andino, Interoceânico e MERCOSUL - Chile e a recente colocação em andamento dos grupos técnicos executivos correspondentes aos eixos "Brasil - Guiana - Suriname - Venezuela", "Brasil - Bolívia - Peru", "Multimodal de Amazônia" e "Brasil - Paraguai - Argentina - Chile".

Dentre as atividades de empreendimento imediato, informou-se sobre a colocação em andamento, durante o segundo semestre deste ano, dos processos setoriais, sistemas operacionais de transporte aéreo, sistemas operacionais de transporte marítimo, sistemas operacionais de transporte multimodal, facilitação de passagem de fronteira e harmonização de políticas reguladoras de interconexão, espectro, standard técnicos e universalização de internet.

Sobre a colocação em andamento dos processos setoriais indicados precedentemente, entende-se oportuno considerar a possibilidade de informar

formalmente o Comitê de Direção Executiva da IIRSA sobre as vantagens qualitativas e o importante acervo que a ALADI pode pôr à disposição de cada um destes empreendimentos ou de todos eles em seu conjunto como, por exemplo, as normas, os projetos de normas, os estudos realizados em cada um destes processos.

Finalmente, decidiu-se preparar um relatório especial da iniciativa, para ser apresentado na Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul, a realizar-se em Guayaquil, República do Equador, durante os dias 26 e 27 de julho de 2002, pelo que se solicita aos Presidentes que reiterem a importância estratégica da IIRSA e seu apoio ao seguimento da mesma .

Mais nada, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito Obrigado. Algum comentário?

Se não há comentários, tem a palavra o Secretário-Geral para fazer alguns anúncios.

SECRETARIO GENERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito brevemente, para recordar que na segunda-feira próxima, no âmbito do Convênio de Cooperação estabelecido com a Universidade da República, e em particular com a Faculdade de Direito, teremos aqui uma jornada de trabalho acadêmica, que começará às 9h e finalizará às 13h, para analisar o Protocolo de Olivos sobre solução de controvérsias no âmbito do MERCOSUL.

Queríamos destacar que esta é uma atividade muito importante e, devido à qualidade dos participantes, seria interessante contar com a participação das Representações Permanentes. Desejo assinalar que na abertura desta jornada participarão o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Doutor Didier Operti, e o Senhor Ministro de Indústria e Energia, Doutor Sergio Abreu, pelo qual se estima que a hora de começo será pontual.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Se não há outros assuntos a tratar, encerra-se a sessão.

---